

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR BILÍNGUE DE SURDOS**

Janete Inês **Müller** – IF Farroupilha

Lodenir Becker **Karnopp** – UFRGS

Agências Financiadoras: CAPES e CNPq

### **Resumo**

Este texto apresenta uma discussão acerca da educação escolar bilíngue de surdos, considerando, para isso, documentos que instituem essa proposta educacional em três escolas de surdos, de diferentes redes de ensino, situadas em uma capital brasileira. Com o objetivo de analisar como é constituída a educação bilíngue nessas escolas, são investigados os Regimentos Escolares e as Propostas Político-Pedagógicas dessas instituições. Em articulação aos Estudos Culturais em Educação e aos Estudos Surdos, o discurso, na perspectiva foucaultiana, opera como ferramenta teórico-metodológica deste trabalho, que dialoga com pesquisas do campo da Linguística e da Educação e constitui o entendimento acerca do bilinguismo na educação de surdos. Apesar das singularidades, observa-se que, nos documentos investigados, as propostas de escolarização valorizam a experiência visual e incentivam a aquisição da língua de sinais pelas crianças surdas e seus familiares. Destacam também o ensino em Libras, como primeira língua, e português como segunda, sinalizando o respeito à diferença surda, de modo que o espaço escolar possibilite a construção da identidade e da cultura surda.

**Palavras-chave:** Educação escolar bilíngue. Estudos Surdos. Estudos Culturais em Educação.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR BILÍNGUE DE SURDOS**

### **INTRODUÇÃO**

Uma educação escolar bilíngue não está à espera de grandes explicações, nem ‘existe desde sempre aí’. Como construção epistemológica, ela é inventada e propagada, sendo produzida por uma forma de pensar, em conexão com mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas. Neste sentido, produz outras formas de pensar a educação

de surdos. A educação escolar bilíngue, considerando os seus atravessamentos discursivos – sobretudo de domínios linguísticos, educacionais e políticos – é considerada como um relevante cenário para o ensino aos surdos e instituída como uma ‘verdade’ nas comunidades surdas. Entretanto, apesar de alguns avanços na constituição de propostas de educação escolar bilíngue, outros desafios se colocam, sobretudo no terreno das instituições escolares.

Pesquisas desenvolvidas no campo da Linguística e da Educação legitimam a eficácia do bilinguismo na educação de surdos. Além disso, a implementação de uma educação bilíngue para surdos está vinculada a macro e micropolíticas, resultantes de lutas das comunidades e dos movimentos surdos. Destacam-se conquistas na educação de surdos, as quais estão ligadas à aprovação da *Lei 10.436/2002* – que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências – e do *Decreto 5.626*, que trata da regulamentação da Libras como uma língua oficial em nosso País. Recentemente produzido, o documento *Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos e Formação Bilíngue de Professores de Libras – Português*<sup>1</sup> também avança nas discussões, propondo o deslocamento da educação de surdos do campo da Educação Especial para um espaço que trate de políticas linguísticas e multiculturais brasileiras.

Para pensar sobre uma ‘educação escolar bilíngue de surdos’ neste texto, o olhar volta-se para ‘escolas caracterizadas como bilíngues’, ou seja, escolas de surdos que se caracterizam pela concepção filosófica de educação bilíngue, o que não permite afirmar que práticas oralistas<sup>2</sup> e bimodais<sup>3</sup>, por exemplo, não integrem esse cenário. Por compreender que uma educação bilíngue pode iniciar antes do ingresso e seguir após a conclusão de um nível de ensino em uma instituição escolar – e convém que assim seja –, delimita-se, assim, o campo deste estudo, ou seja, a educação bilíngue que vem se processando na escola.

Em uma movimentação teórica, que busca romper com alguns campos de saber – como, por exemplo, a Psicologia, a Medicina e a Educação Especial –, para uma

---

<sup>1</sup> Nos dias 25 a 27 de fevereiro de 2014, foi elaborado o relatório do Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013, que elaborou os subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa - a ser implementada no Brasil. O texto está disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=56513>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

<sup>2</sup> Sem utilização de língua de sinais, alunos surdos são expostos à oralização, considerada de fundamental importância no processo comunicativo em segunda língua.

<sup>3</sup> Também chamado de português sinalizado, em que se usa simultaneamente duas línguas; neste caso, Libras e língua portuguesa.

aproximação aos Estudos Surdos e aos Estudos Culturais em Educação, através de concepções sociais e antropológicas, é possível problematizar modelos clínico-terapêuticos, compreendendo os surdos como diferentes, culturalmente localizados no ‘discurso da deficiência’. Assim, em um campo de lutas e negociações culturais, e não como simples oposições binárias, a cultura surda, como um modo de vida, resiste como estratégia política à dominação ouvinte e favorece a contestação, bem como a constituição de identidades e de comunidades que determinam a vida dos sujeitos e dos povos surdos.

Dessa forma, é possível entender a surdez “como um território de lutas, um espaço de conflitos de identidades, onde os elementos culturais circulam pelas fissuras e rachaduras dessa comunidade, conformando um labirinto de significados” (KLEIN; LUNARDI, 2006, p. 15). A negociação sobre a surdez, o ser surdo e sua cultura dá-se no interior das relações de poder e de resistência, inclusive na vivência com outros surdos, ou seja, um movimento permanente de suspeita sobre si e sobre as relações que os próprios surdos vivenciam, um movimento de abertura feito dentro da própria invenção ‘ser surdo’, que rompe com fronteiras discursivas, espaciais e temporais (LOPES, 2011). Assim, mesmo diante de um processo de afirmação cultural, a cultura surda não se constitui como homogeneizada, cristalizada, de pureza essencial, pois cada sujeito surdo constrói sua identidade e representa a si mesmo a partir de suas experiências.

O ‘ser surdo’ é aqui entendido como “um sujeito possuidor de uma língua, de uma cultura e de identidades múltiplas, um sujeito social e politicamente construído, diferente” (MORAIS; LUNARDI-LAZZARIN, 2009, p. 25). Falar de surdo é também pensá-lo como sujeito plural, multifacetado, cuja experiência de ser, de estar no mundo, que é coletiva no encontro com outros surdos, é sentida de maneiras singulares. Ainda, ‘ser surdo’ implica pensar em uma das possíveis posições que um sujeito pode ocupar e, por isso, não a única. De forma geral, “os surdos, entendidos como povo ou grupo que se nomeia como tal, estão inscritos na ordem do acontecimento cultural, ou seja, na ordem da luta permanente do tornar-se, do vir a ser, frente a outro(s) grupo(s)” (LOPES; VEIGA-NETO, 2010, p. 127-128).

Nessa esteira de pensamento, como um projeto em constante (re)construção, que se reinventa histórica e temporalmente, uma educação escolar bilíngue é descrita de modo múltiplo, ou seja, há diferentes experiências em instituições escolares caracterizadas como bilíngues, que se movimentam sobretudo a partir de discursos

acadêmicos e de lutas das comunidades surdas. Com o objetivo de analisar como é constituída essa proposta educacional nas instituições de ensino, são investigados os Regimentos Escolares e as Propostas Político-Pedagógicas de três escolas de surdos, de diferentes redes de ensino, situadas em uma capital brasileira. Os documentos, embora se caracterizem como de domínio público, foram acessados através de visitas realizadas às escolas, nas quais foram também esclarecidos os procedimentos éticos dessa pesquisa.

A partir desses documentos, é desenvolvido um mapeamento de ‘ditos’ sobre uma educação escolar bilíngue, em diferentes cenas enunciativas, buscando situá-los em campos discursivos, extrair enunciados e colocá-los em relação a outros (do mesmo campo ou de outros). Ao operar sobre eles, identificando e ordenando elementos, é possível construir unidades analíticas; ou melhor, produzir categorias, buscando entender o porquê de alguns ditos, em determinadas situações, em um tempo e lugar, não sendo eles, portanto, diferentes. Ao compreender o discurso como um conjunto de enunciados dispersos, cabe mostrar como eles aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, lembrando que esta unidade não se dá por um objeto único de análise, muito menos que um objeto será exaustivamente analisado.

A análise discursiva, na perspectiva foucaultiana, que se faz neste trabalho, descreve enunciados e suas relações, o que implica em operar sobre a superfície dos textos, sem buscar um significado supostamente subjacente à sua materialidade; além disso, importa explorar ao máximo os materiais na medida em que são uma produção histórica e política, escapando da fácil interpretação do que estaria ‘por trás’ dos documentos. É preciso ficar no nível da existência das palavras, das coisas ditas, trabalhando arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Para isso, importa tentar compreender como um texto vem a ser o que é, na descrição de regimes de saber em alguns domínios discursivos e segundo um corte histórico relativamente breve.

Importa, assim “levantar um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos, e indagar: afinal, por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições?” (FISCHER, 2001, p. 221). Na ordem do discurso, os saberes aqui produzidos empoderam e subjetivam, de modo que as verdades têm efeitos nas práticas educacionais, principalmente nos sujeitos envolvidos. Como alerta Foucault (1996), há perigos na proliferação de discursos, pois enunciar, mais que nomear ou apontar

posições, é produzir o que é dito. O discurso, na perspectiva foucaultiana, e o entendimento acerca do bilinguismo na educação de surdos, como discutido na próxima seção, operam, portanto, como ferramentas teórico-metodológicas deste trabalho.

## 2 EDUCAÇÃO ESCOLAR BILÍNGUE DE SURDOS

### 2.1 Bilinguismo na educação

A educação de surdos tem mudado no Brasil, o que está ligado às políticas educacionais, às pesquisas e às lutas surdas em prol da garantia de seus direitos. A diferença surda mobiliza a luta pela igualdade de direitos e pela pedagogia da diferença, de modo que se reconheçam as comunidades e o povo surdo, as culturas surdas, as línguas de sinais, as experiências visuais, os tradutores/intérpretes, o uso de tecnologias e os recursos de acessibilidade. Importa também considerar que várias pesquisas empreendidas, principalmente a partir da década de 90, especialmente nas áreas da Linguística e da Educação, discutem metodologias, organização curricular e princípios filosóficos na educação de surdos. No entanto, propostas e tendências vinculadas à educação bilíngue são apontadas como complexas e significativas, tanto é que a temática tem sido incorporada às agendas de políticas públicas brasileiras, sendo a implementação de políticas educacionais inclusivas tensionada por comunidades surdas e outros grupos linguísticos minoritários (a exemplo das comunidades indígenas).

O bilinguismo pode ser compreendido como a habilidade de usar duas línguas, em diferentes graus de competência, podendo o sujeito ter mais ou menos fluência em uma delas, com desempenhos diferentes nas línguas em função do contexto de uso e do propósito comunicativo. Nessa perspectiva, a educação bilíngue, de acordo com Karnopp (2012), inclui, no mínimo, a contar pelas palavras que compõem essa expressão, duas grandes áreas: Educação e Linguística. Ainda conforme a autora, a expressão “estar sendo bilíngue” parece mais adequada, já que aproxima o bilinguismo à condição de uso ou de contextos de uso de duas ou mais línguas em contato; também não determina uma condição inerente e permanente do sujeito. O bilinguismo, para Zimmer, Finger e Scherer (2008), apresenta muitas configurações e diferentes classificações, dependendo das dimensões linguísticas, cognitivas, sociais e de desenvolvimento que são consideradas como foco de atenção.

Diante de grupos que utilizam mais que duas línguas e em diferentes contextos sociais, pode-se pensar em práticas multilíngues. Parafraseando Skliar (1999), não há como descrever o bilinguismo como uma situação de harmonia e de intercâmbios culturais, mas, sim, como uma realidade conflitiva, principalmente no contexto da escola. Na educação de surdos, conforme vários estudos realizados<sup>4</sup>, uma proposta bilíngue compreende o ensino de duas línguas: a língua de sinais como primeira língua (Libras, neste país)<sup>5</sup> e, como segunda língua, na modalidade escrita, a língua oficial usada pela maioria da população (no caso brasileiro, a língua portuguesa). Quadros (2012) reitera que a Libras e a Língua Portuguesa são de diferentes modalidades (respectivamente, viso-espacial e oral-auditiva) e chama a atenção para o contexto de aquisição da Libras, que pode ser atípico quando se dá tardiamente e não em família. Estudos<sup>6</sup> e movimentos políticos têm apontado a educação bilíngue como a(s) proposta(s) mais adequada(s) na escolarização de surdos. Falar de ‘uma’ proposta ou de ‘propostas’ (no plural) indica multiplicidade de entendimentos; ou seja, não há um modo único de projetar e efetivar uma educação escolar bilíngue a surdos.

Em uma proposta de educação bilíngue de surdos, é pertinente também considerar as particularidades e a materialidade da língua de sinais, além dos aspectos culturais a ela associados, fato que demanda metodologia de ensino pensada a partir da Libras (LODI, 2013). Assim, o currículo, organizado em uma perspectiva viso-espacial, pode garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na língua de sinais, que “traduz todas as relações e intenções do processo que se concretiza através das interações sociais” (QUADROS, 2012, p. 35). Por outro lado, considerando o currículo como um artefato cultural, que produz os sujeitos, também em uma educação escolar bilíngue são produzidos modos de ser surdo, sobretudo ao se conceber o aluno surdo como um usuário de Libras. Nesse caso, não se pode ignorar o fato de que há surdos que não são fluentes em língua de sinais.

Importa não perder de vista elementos importantes de uma educação escolar bilíngue, como indicam Fernandes e Moreira (2009), que sugerem: a implantação/implementação de uma política linguística séria de difusão e preservação da Libras na comunidade, contribuindo para a consolidação de seu *status* linguístico e

---

<sup>4</sup> Ver estudos de Fernandes e Rios (1998); Lacerda (1998); Quadros (1997; 2012); entre outros pesquisadores.

<sup>5</sup> É importante reconhecer que muitos surdos aprendem primeiro o português oral e/ou escrito, além de gestos e mímicas que compõem uma comunicação caseira, e só depois têm contato com a Libras.

<sup>6</sup> Alguns pesquisadores brasileiros que têm se dedicado à discussão de programas de educação bilíngue para surdos são: Quadros (1997; 2012); Fernandes (1999); Finau (2006).

valorização social; a formação e contratação de uma equipe de profissionais bilíngues, surdos e não-surdos (docentes de Libras, tradutores e intérpretes de Libras/LP, monitores bilíngues, professores de português como L2), protagonizando os programas de educação bilíngue para surdos; o ensino da Libras como segunda língua para estudantes não-surdos, desde a Educação Infantil, nas escolas em que estiverem matriculados estudantes surdos, sendo facultativa nos demais estabelecimentos; a revisão dos projetos político-pedagógicos das instituições, nas diferentes disciplinas, contemplando o legado histórico e cultural das comunidades surdas, de modo a problematizar os discursos hegemônicos que patologizam a surdez e os surdos; a adoção de metodologias de ensino de língua portuguesa como segunda língua, o que implica mudanças nos componentes curriculares (conteúdos, objetivos, metodologia, avaliação); o desenvolvimento de mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos dos estudantes surdos que contemplem a Libras, com possibilidades de veiculação e registro pelo uso de tecnologias na educação; e a oferta gratuita de cursos de Libras, na modalidade de educação de jovens e adultos, aos pais e familiares de pessoas surdas.

Como histórica e culturalmente as comunidades surdas têm lutado por uma educação bilíngue nas famílias e nas escolas, de modo a romper com o prestígio e a obrigatoriedade de uma língua de modalidade oral-auditiva, uma educação bilíngue para surdos situa-se também no campo político. Concordando com Skliar (1999), discutir educação bilíngue numa dimensão política assume um duplo valor: ‘o político’ como construção histórica cultural e social, e o ‘político’ entendido como relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam a proposta e o processo educacional. Assim, ao se recusar práticas ouvintistas, a resistência surda possibilita não apenas romper com discursos clínicos que posicionam os surdos como ‘anormais’, como também dá condições para representá-los como culturalmente diferentes. Uma proposta de educação bilíngue implica, portanto, perceber também a existência de modos diferentes de ser aluno, tendo em vista características culturais próprias e experiências singulares de uso da Libras e da língua portuguesa.

De modo mais abrangente, a construção de programas de educação bilíngue para estudantes surdos envolve mecanismos que contribuem para que as características socioculturais e linguísticas das comunidades surdas sejam conhecidas e valorizadas no grupo social. Muitos estudos e propostas têm circulado, principalmente no campo dos Estudos Surdos, em que se propõem alguns caminhos interessantes na implantação de escolas bilíngues no Brasil. E é nesse sentido que, na próxima seção, discutem-se

documentos norteadores de três escolas consideradas bilíngues, buscando analisar esse processo de constituição de uma educação escolar bilíngue para surdos.

## **2.2 Escolas caracterizadas como bilíngues: movimentos e desafios**

Analisar uma educação bilíngue de surdos em escolas implica pensar em modos múltiplos de organização escolar, de composição de equipes de trabalho, de gestão administrativa e financeira, de espaços pedagógicos e de propostas educacionais, de lutas e de conquistas nos/dos estabelecimentos de ensino. Além disso, descrever e projetar escolas bilíngues de surdos está ligado ao que se entende por educação e por bilinguismo, ou seja, apesar da criação de algumas propostas semelhantes de escola, há outros fatores que vão compondo um currículo escolar. Pensando assim, os olhares investigativos apresentados neste artigo são resultantes de análises de documentos de três escolas caracterizadas como bilíngues nas propostas de ensino a surdos, sendo uma escola municipal, uma estadual e uma particular.

Em linhas gerais, observa-se que, nas escolas aqui investigadas, as turmas são compostas de, no máximo, 14 alunos surdos, o que favorece a organização pedagógica e do espaço<sup>7</sup>, bem como um ensino que valoriza a experiência visual, considerada uma marca cultural surda. É por meio do olhar que se processa a percepção e a interação do sujeito surdo no mundo, tendo em vista a produção e o acesso a fatos, sensações, imagens e conhecimentos, sobretudo no uso da língua de sinais, da escrita ou de outro processo comunicativo que se efetiva através da visão. O mundo visual percebe e produz a significação através de uma língua visuoespacial, não se constituindo em um mundo necessariamente melhor ou pior, apenas distinto e diferente (WRIGLEY, 1996).

Tendo em vista o desenvolvimento linguístico das crianças e jovens surdos, importa considerar que duas instituições aqui investigadas ofertam Atendimento de Estimulação Precoce para crianças surdas da Educação Infantil (em média, de zero a 3 anos), inclusive com a participação dos familiares nos encontros. Assim, incentiva-se a aquisição da língua de sinais o mais cedo possível através do contato com profissionais fluentes em Libras, que fazem intervenções pedagógicas conforme a idade e o nível de desenvolvimento da criança. Além disso, essas escolas ofertam cursos de Libras para a comunidade escolar, sobretudo para a participação de familiares, assim como

---

<sup>7</sup> Em turmas de surdos, na maioria das escolas, as mesas (cadeiras) são organizadas em formato U, com o objetivo de favorecer a visualização e o uso da língua de sinais, bem como a interação entre professores(as) e alunos(as).



oferecerem oficinas de Libras em atividades extracurriculares, que possibilitam aos surdos qualificarem o uso da língua de sinais. Iniciativas como essas são importantes para que o surdo adquira e desenvolva a linguagem, favorecendo a aquisição de outras línguas, bem como incentivando os familiares a aprender a Libras, especialmente para interagirem com a criança surda.

Outro ponto importante a ser destacado ao atentar para as escolas caracterizadas como bilíngues é que, em diferentes espaços e sistemas educacionais, oferta-se – o que não significa acesso e permanência em – uma educação bilíngue nos diferentes níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Apesar das singularidades, a proposição de uma educação bilíngue fica evidente nos documentos norteadores das escolas investigadas, com destaque para o ensino em Libras, como primeira língua, e português como segunda. Os excertos<sup>8</sup> que compõem o quadro a seguir corroboram essa intencionalidade, bem como sinalizam o respeito à diferença surda, de modo que o espaço escolar possibilite a construção da identidade e da cultura surda.

Atender aos alunos surdos, garantir a aprendizagem em sua língua natural – Língua de Sinais, respeitando sua identidade e cultura surda, bem como sua inclusão nos diferentes espaços, trazendo a diferença cultural para o discurso pedagógico, considerando as diferenças linguísticas das pessoas surdas e ouvintes.

Assim, a educação de surdos, em uma proposta bilíngue, deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a Língua de Sinais Brasileira. (Escola A, Proposta Político-Pedagógica, 2013)

Reconhecendo a escola como um espaço privilegiado de contato dos educandos com educadores (ouvintes e surdos), nossa filosofia busca fomentar a cultura surda, fazendo que o educando se perceba como pertencente a uma comunidade linguística com especificidades culturais, possibilitando assim a construção de uma identidade surda. [...] (Escola B, Filosofia da Escola na Educação, Regimento Escolar, 2013).

De acordo com a legislação em vigor e com os princípios filosóficos e pedagógicos adotados, a Escola tem como objetivos: atender alunos Surdos e Surdos com outras deficiências associadas, garantindo-lhes o direito a uma educação bilíngue, que prioriza a Língua de Sinais como sua língua natural e primeira língua, bem como o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua; (Escola C, Regimento Escolar, 2007).

Quadro 1 - Intencionalidade de educação bilíngue

<sup>8</sup> Na análise dos excertos de documentos, as Escolas são identificadas pelas letras A, B e C, visto que não se objetiva compará-las ou discriminar suas diferenças.

Em relação aos excertos que compõem o quadro anterior, cabe atentar para ‘unidade surda’ constituída discursivamente, sobretudo considerando características linguísticas e culturais. Embora seja observado em conversas com gestores e professores das escolas, os documentos analisados não apresentam discussões acerca dos diferentes modos de ‘ser surdo’. Em um excerto que compõe o Quadro 1, citado anteriormente, a instituição até pressupõe multiplicidade, mas ao objetivar “atender alunos Surdos e Surdos com outras deficiências associadas”, posiciona o surdo como deficiente, já que tem ‘**outras** deficiências associadas’. Isso não quer dizer que os alunos surdos sejam assim entendidos pelos educadores, porém é necessário discutir as singularidades surdas nas escolas, pois não se acredita, aqui, em um jeito único de ser surdo, de ser professora, de ensinar e de construir uma escola.

Como concepção filosófica de educação, nos documentos aqui analisados, o bilinguismo é considerado como proposta adequada para o ensino de surdos nas escolas aqui investigadas, de modo a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar, além de sinalizar a importância da aquisição da Libras para o ensino da língua [portuguesa] escrita. Além disso, como evidencia o excerto a seguir apresentado, selecionado da documentação que aqui se analisa, essa perspectiva bilíngue “conta, inclusive, com apoio dos marcos legais referidos”, sobretudo a Lei n.º 10.436/02 e o Decreto n.º 5.626/05, que dispõem sobre a Libras.

“O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita”. (QUADROS, 1997, p. 27 *apud* SILVA, 2008, p.14). [...]

Essa perspectiva conta, inclusive, com apoio dos marcos legais abaixo referidos. A Lei n.º 10.436/02, que “Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências”, destaca [...] O Decreto n.º 5.626/05, “Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 ‘de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000”, sendo que a última lei trata das normas gerais de acessibilidade, destaca: [...] (Escola A, Proposta Político-Pedagógica, 2013).

Legitimada por diferentes enunciados – de domínios discursivos da Linguística, dos Estudos Surdos e de políticas linguísticas, que também movem as lutas e movimentos, favorecendo a conquista de direitos educacionais dos surdos – uma

educação escolar bilíngue é estabelecida como ‘verdade’<sup>9</sup>, ou seja, um imperativo na educação de surdos. Nessa perspectiva, como afirma Foucault (2001), uma verdade é deste mundo, não está à espera de ser descoberta, nem existe fora do poder ou sem poder; a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; discursos aceitos e autorizados circulam como verdadeiros.

Considerando nossos atos ilocutórios – atos enunciativos, atos de fala –, podemos dizer que esses se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com um regime de verdade, o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo. As “coisas ditas”, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo. (FISCHER, 2001, p. 204).

Nos documentos aqui investigados, sobretudo nas propostas político-pedagógicas das escolas, a argumentação construída acerca da educação bilíngue para surdos também dialoga com enunciados de domínios discursivos acadêmicos, principalmente do campo dos Estudos Surdos. Os pesquisadores mais citados nos documentos escolares são Ronice Müller de Quadros, Lodenir Karnopp, Carlos Skliar e Harlan Lane, em textos que discutem o ‘ser surdo’, sua língua, identidade e cultura. Nesse sentido, observa-se a potencialidade do argumento de autoridade e de autoria, visto que as citações, sobretudo as diretas, a exemplo do entendimento de bilinguismo, estão vinculadas a referenciais teóricos desses pesquisadores. Ainda nessa perspectiva, é possível perceber a referência a outros educadores, que estariam ‘embasando’ a proposta pedagógica de uma escola, como se observa pelo excerto a seguir apresentado:

Embasamos nossas reflexões nos seguintes autores: Carlos Skliar, Ronice Muller de Quadros, Lodenir Karnopp, Paulo Freire, Vigotsky, Ruben Alves, Jussara Hoffmann, Celso Vasconcelos, Demerval Saviani e outros (Escola B, Proposta Político-Pedagógica, 2011).

Paulo Freire, Vigotsky, Rubem Alves, Jussara Hoffmann, Celso Vasconcelos, Demerval Saviani e outros são apenas indicados no texto – ou seja, não são citados novamente, nem são especificadas as suas principais contribuições. Tais autores estão inseridos em diferentes perspectivas teóricas, que tematizam ensino, avaliação, planejamento, gestão democrática, aquisição da linguagem e outras. Portanto, se

<sup>9</sup> Por verdade, entende-se o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2001).

pressupostos teóricos desses autores norteiam as práticas escolares, parece também interessante analisar suas implicações no ensino de língua portuguesa como L2 a surdos; ou seja, estaria o ensino desse componente curricular também subjetivado por enunciados acadêmicos que orientam como planejar ou avaliar, por exemplo? É provável que sim, ainda mais se essas discussões teóricas integrarem o processo de formação docente nas escolas.

De modo geral, é possível afirmar que, nos últimos anos, a educação de surdos no Brasil é marcada por importantes mudanças. Na Educação Básica, especialmente no cotidiano escolar, as conversas com os gestores das escolas também apontam para alguns importantes avanços: a contratação e o crescimento no número de professores surdos; a introdução da escrita da língua de sinais no currículo do Ensino Fundamental; algumas melhorias nos espaços físicos (ginásio) e pedagógicos (sala de informática e de multimídia); o crescimento da escola pública, tendo maior visibilidade e reconhecimento como instituição responsável na educação de surdos; e o importante espaço conquistado para a formação continuada dos educadores, sobretudo em reuniões e cursos realizados na escola ou em parceria com as mantenedoras.

Como um projeto educacional nacional, no documento *Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*, outras metas são sugeridas para uma educação escolar bilíngue, como, por exemplo: educação bilíngue em tempo integral na Educação Básica, a garantia de transporte escolar acessível e merenda escolar, tecnologias multimídia em sala de aula e com laboratórios de vídeo para produção de materiais em Libras, presença de tradutores de Libras e língua portuguesa para traduzirem materiais literários, didáticos e paradidáticos durante toda a escolarização das pessoas surdas, garantia de realização das avaliações em Libras, garantia de que a criança surda aprenda a ler e escrever na Libras, como forma de consolidar a relação com a escrita, entre outros objetivos. Nessa perspectiva, para a consolidação de uma educação escolar bilíngue, muitos passos ainda precisam ser dados, inclusive na articulação entre políticas linguísticas e educacionais.

Tendo em vista as propostas projetadas a nível nacional, há que se pontuar alguns desafios do cotidiano escolar, o que nos leva a pensar que uma educação bilíngue não se resume apenas a questões linguísticas e culturais, ou de qualificação profissional. Na aproximação às escolas aqui investigadas, em conversa com gestores educacionais, dificuldades são apontadas, como, por exemplo: o pouco envolvimento das famílias no processo educacional das crianças surdas, principalmente no que diz respeito a

educação/aprendizagem; a defasagem idade/série dos estudantes; a distância da moradia dos alunos, dificultando o acesso e permanência na Instituição; o ensino a alunos surdos com deficiências ou com implante coclear; as inexpressivas políticas públicas para o transporte escolar; a falta de recursos humanos (docentes, técnicos e gestores escolares); e as precárias condições físicas da escola pública. Desafios como esses, é claro, não se restringem apenas a escolas caracterizadas como bilíngues, tendo em vista principalmente a relação entre (qualquer) escola e sociedade, entre cultura e educação.

Portanto, as lutas são contínuas, em fluxos intensos de avanços e desafios. Talvez as lutas possam também ser outras, visto que uma educação escolar bilíngue não escapa das contingências sociais em que é constituída. Culturalmente produzida, a educação de surdos pode também ser pensada como um constante ‘vir a ser’. Esse caráter processual é inclusive perceptível nas conversas com gestores das escolas, que, ao disponibilizarem documentos escolares para esta pesquisa, destacaram o provisoriado dos textos, os quais estão, atualmente, sendo reestruturados na maioria das instituições. Os modos de pensar os surdos, sua educação e a relação com saberes de diferentes áreas de conhecimento têm também implicações no ensino.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de surdos vem se (re)constituindo no Brasil, de forma a avançar na consolidação de propostas educacionais bilíngues, a exemplo do que é possível observar nos documentos aqui analisados. Isso porque, assim como a surdez, uma educação escolar bilíngue é constituída culturalmente, “dentro de narrativas associadas e produzidas no interior (mas não fechadas em si mesmas) de campos discursivos distintos” (LOPES, 2011, p. 7). Além disso, uma educação escolar bilíngue de surdos não pode ser pensada a partir de um ‘modelo único’; é o entendimento que se têm sobre a surdez e o ser surdo, sobre a sua educação e cultura, que vai mobilizar as lutas, conduzir o trabalho dos profissionais, aprovar políticas, direcionar ou não recursos para efetivar uma educação escolar bilíngue, entre outros movimentos.

Nesse sentido, frente a conquistas políticas de âmbito nacional, estadual e municipal, avanços podem ser observados; porém, o cotidiano escolar é desafiador, incluindo falta de recursos humanos qualificados, de estrutura física, de apoio tecnológico, de reflexões pedagógicas, de condições de permanência dos alunos nas

instituições; isso sem contar os problemas sociais que também atravessam o dia a dia de educandos e educadores. Portanto, uma proposta educacional bilíngue não se caracteriza como uma inovação ou uma ‘tábua de salvação’; mas como uma proposta consistente, principalmente para uma melhor possibilidade de acesso à educação. Importa ter em vista a possibilidade de intercâmbio e comprometimento do sujeito com as características culturais das comunidades de surdos e ouvintes, de modo a garantir seu desenvolvimento pessoal e sua participação em sociedade.

Pensar, propor e discutir a educação de surdos requer esforços coletivos, estabelecendo-se diálogos e negociações entre as diferentes frentes que pensam a educação de surdos: comunidades surdas, lideranças políticas, educadores, educandos surdos, pesquisadores... Enfim, há que se superar a invisibilidade e o silenciamento que a minoria surda assumiu ao longo da nossa história; e, para isso, é necessário desenvolver pesquisas e encampar lutas para garantir os direitos dos sujeitos surdos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2013.

FERNANDES, Eulalia; RIOS, Katia R. Educação com Bilinguismo para Crianças Surdas. **Intercâmbio**, v. 7, p. 13-21, 1998.

FERNANDES, Sueli. É Possível Ser Surdo em Português? língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, Carlos. **Atualidades da Educação Bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 1.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura C. Desdobramentos Político-Pedagógicos do Bilinguismo para Surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/275>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FINAU, Rossana. Possíveis Encontros Entre Cultura Surda, Ensino e Linguística. In: QUADROS, Ronice M. (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. v. 1.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

KARNOPP, Lodenir B. Educação Bilíngue Para Surdos: ao que estamos sinalizando? In: FREITAS, Débora; CARDOZO, Sandra (Org.). **(In)formando e (Re)construindo Redes de Conhecimento**. Boa Vista: UFRR, 2012. v. 1.

KLEIN, Madalena; LUNARDI, Márcia Lise. Surdez: um território de fronteiras. *EDT: Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 14-23, jun. 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um Pouco da História das Diferentes Abordagens na Educação dos Surdos. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LODI, Ana C. B. Ensino da Língua Portuguesa Como Segunda Língua Para Surdos. In: LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora?** introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EduFSCar, 2013.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores Culturais Surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (Org.). **Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 116-137.

MORAIS, Mônica Z. de; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Pedagogia e Diferença: capturas e resistências nos discursos curriculares da educação de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena (Org.). **Currículo & Avaliação: a diferença surda na escola**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. p. 16-31.

QUADROS, Ronice M. de. O 'BI' em Bilinguismo na Educação de Surdos. In: FERNANDES, Eulalia (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação de Surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013, que elaborou os Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa - a ser implementada no Brasil. O texto tem circulação em rede social e está disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=56513>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

SKLIAR, Carlos B. A Localização Política da Educação Bilíngue para Surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. v. 2.

WRIGLEY, Owen. **The Politics of Deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

ZIMMER, Marcia C.; FINGER, Ingrid; SCHERER, Lilian. Do Bilinguismo ao Multilinguismo: intersecções entre a psicolinguística e a neurolinguística. **REVEL**, v. 6, n. 11, ago. 2008.